

**AUTISMO**

Trindade cria centro especializado em TEA



O Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista vai atender crianças, adolescentes e adultos. **Página 10**



**TRIBUNA DO PLANALTO**

ANO 34 - Nº 1.742 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 9 A 15 DE ABRIL DE 2023  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

**ANÁPOLIS**

Aberta seleção para conselheiros tutelares



Serão preenchidas 15 vagas em três Conselhos Tutelares do município. O mandato é de quatro anos. **Página 10**

**ENTREVISTA**

**WILDE CAMBÃO - DEPUTADO ESTADUAL PSD**

Divulgação



## “Minha indicação para líder tem a ver com a força do Entorno”

Líder do governo na Assembleia, o deputado acredita que Ronaldo Caiado não terá pautas difíceis neste mandato “O que tinha que ser aprovado com dificuldade já foi aprovado e o governo conseguiu recuperar a economia do estado.”

**Páginas 4 e 5**

**CÂMARA DE GOIÂNIA**

Transporte escolar perde limite de idade

Vereadores aprovam projeto de lei que retira limite de idade dos veículos do transporte escolar, que era de 15 anos.

**Página 6**

**TRIBUNA JURÍDICA**

STJ mantém condenação a CRM

O tribunal rejeitou recurso do CRM contra a responsabilização solidária por reconhecer que houve negligência do órgão.

**Página 6**

**APARECIDA DE GOIÂNIA**

## Município vai sediar feira de Agronegócio



A Agrobusiness Show será realizada na UFG Campus Aparecida de 21 a 25 de agosto, com exposição de tecnologias e inovações para o campo. **Páginas 9**

**LEGISLATIVO**

## Acessos ao Portal da Alego crescem 30% em um ano

O presidente da Alego, Bruno Peixoto, foi o campeão de visitas e foi seguido por três parlamentares novatos, Dra. Zeli, Alessandro Moreira e Bia de Lima.

**Páginas 8**



## MEC suspende cronograma por 60 dias

O ministério promoveu uma consulta pública para a avaliação e a reestruturação do modelo. A secretária de Educação, Fátima Gavioli, apoiou a decisão do governo federal, porque, segundo ela, o modelo apresentado se mostrou difícil de ser aplicado. **Página 11**

**TRIBUNA POLÍTICA**

## Garimpagem em Pilar de Goiás

Prefeito do município, Adelson Victor Araujo, busca novos garimpeiros para operar na cidade.

**Página 3**

## EDITORIAL

A eleição  
já acabou

Se a reforma do Ensino Médio deve ser revogada ou sofrer ajustes, essa decisão deve se dar dentro de um debate técnico. Trata-se de uma política pública, não partidária. O que se viu nos últimos dias foi uma discussão pautada pela polarização política.

A proposta de mudança no Ensino Médio é uma resposta ao mau desempenho dos estudantes brasileiros nessa etapa da educação, dos altos índices de abandono, reprovação e atraso escolar. Situação que afeta principalmente os mais pobres. Dentro da proposta de criar um novo Ensino Médio havia a preocupação em melhorar o desempenho dos alunos e reduzir as desigualdades.

O Novo Ensino Médio foi instaurado por Medida Provisória em 2016, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, na gestão do então presidente Michel Temer, que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O projeto foi elaborado por Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O novo modelo foi implantado em 2022 e aqueles que defendem a proposta afirmam que há ajustes a serem feitos, mas que a estrutura está adequada ao que se propunha em 2016. Neste caso, a suspensão proposta pelo governo federal para ouvir especialistas e escolas foi bem aceita.

Mas em meio a essa discussão mais técnica-operacional, as manifestações que se ancoram em posições ideológicas acabam por contaminar o debate. Empurram a decisão para o campo da política partidária. Esse jogo de poder em nada tem a ver com a qualidade do Ensino Médio que se busca.

A eleição já acabou. Vamos trabalhar as políticas públicas, principalmente as estruturantes como o Ensino Médio, no campo delas.

## ARTIGO

## As cruzes de hoje em dia – Uma reflexão de Páscoa

Para os romanos, a cruz era utilizada como instrumento de tortura e sinônimo de condenação. O tempo passou e hoje não vemos ninguém mais sendo condenado em cruzes de madeira, mas ainda existem inúmeras situações de condenação e injustiça que continuam a acontecer em nossa sociedade.

De que cruzes estamos falando? Da fome e desperdício de alimentos, racismo, xenofobia, individualismo, mortalidade infantil, violência contra a mulher, violência, vingança, fome de poder, guerras, incompreensão, gritos, indiferença entre tantos

outros temas.

A cruz sem amor se converte em tortura. Cristo nos amou até o fim; um amar independente de qualquer consequência. Ama porque nasce do amor, vive para amar. A cruz não é o fim. A crucificação não é o fim. O amor prevalece, o amor elimina a tortura.

A Páscoa é passagem, é ressurreição. É amor, luz, recomeço, oportunidade de mudar, de fazer diferente; uma oportunidade de transformar a própria vida e a vida dos outros.

É por isso que a cruz é um símbolo tão central para o cristianismo. Nela, o que realmente importa

não é a dor ou a destruição sacrificial, mas a entrega total, que revela de modo máximo o amor de Deus. Só enquanto se insere em um horizonte de entrega de amor, de existência "em prol de", é que a dor tem algum valor - ou, melhor dizendo, comunica algo, tem algum sentido.

Aquele que era um símbolo de morte e de tortura tornou-se um símbolo de amor, e aquilo que era desespero tornou-se esperança. Assim é a Páscoa, tudo aquilo que é morte se torna vida.

É preciso ser o amor de Cristo na própria vida e na vida dos outros. Após a

escuridão, sempre haverá luz. Após a cruz, haverá a ressurreição. Há de recomeçar. Há vida!

De sua maneira silenciosa, olhando para uma vela, para o sinal da cruz, faça a sua oração, por sua vida, por sua família, pela Páscoa, pelo recomeço.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.

O que você deseja transformar na sua vida, na sua família, nas suas relações de trabalho? Você deseja transformar o mundo?

Que a vida seja transformada, repleta de luz, que

ção da utilização dos recursos públicos, a promoção de maior transparência, o cumprimento da legislação, a promoção de uma cultura ética e de integridade que perpassa toda a gestão e principalmente, o desenvolvimento de mecanismos de fiscalização e controle assertivos e direcionados ao combate da corrupção e da fraude.

Compliance, Riscos e Lei Anticorrupção serão discutidos no 4º Simpósio Nacional de Gestão Pública e Privada, nos dias 27 e 28 de abril, em Goiânia.



**Karine Dias Eslar** é Advogada em Direito Empresarial; especialista Compliance pela UCEMA – Universidad del Cema – Buenos Aires. Professora do curso de extensão da PUC-GO em compliance e lei anticorrupção e coordenadora de pós-graduação em Compliance, riscos e lei anticorrupção



**Douglas Paixão** é coordenador de Pastoral do Colégio Marista Arquidiocesano, localizado em São Paulo (SP)



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
**Sebastião Barbosa da Silva**  
[sebastiao@tribunadoplanalto.com.br](mailto:sebastiao@tribunadoplanalto.com.br)

Diretor de Produção  
**Cleyton Ataídes Barbosa**  
[cleyton@tribunadoplanalto.com.br](mailto:cleyton@tribunadoplanalto.com.br)

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
[abahiagyn@yahoo.com.br](mailto:abahiagyn@yahoo.com.br)

Thiago Queiroz  
[thiagonqueiroz@gmail.com](mailto:thiagonqueiroz@gmail.com)

Dhayane Marques  
[dhayanemarquess@gmail.com](mailto:dhayanemarquess@gmail.com)

Fabiola Rodrigues  
[fabyjournalist@gmail.com](mailto:fabyjournalist@gmail.com)

[www.tribunadoplanalto.com.br](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
[comercial@tribunadoplanalto.com.br](mailto:comercial@tribunadoplanalto.com.br)  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: [redacao@tribunadoplanalto.com.br](mailto:redacao@tribunadoplanalto.com.br)

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

# PODER



**Tribuna Política**

Sinésio Dias de Oliveira oliveirasinesio@gmail.com

## Cannabis

O projeto de lei do deputado estadual Lincoln Tejota (UB) que institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos à base de substâncias da planta cannabis (nome científico da maconha) nas unidades de saúde pública estaduais e privadas conveniadas ao SUS tem a ver com o que consta artigo 196 da Constituição federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado". O projeto já teve duas aprovações: nas sessões desta terça-feira, 4, e quarta-feira, 5.

## Doenças

Os medicamentos fitoterápicos e fitofármacos prescritos à base da planta cannabis auxiliam no tratamento de doenças como o câncer, no controle de crises em pessoas com espectro autista, tratamento da esclerose múltipla, fibromialgia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), glaucoma, AIDS, epilepsia e dores crônicas e neuropáticas em geral. O uso medicinal da planta tem sua primeira citação em 2.700 a.C. num manual médico chinês.

## Garimpagem

A garimpagem de ouro na histórica cidade Pilar de Goiás, que recebeu até a visita da princesa Isabel, agora só é realizada por uma empresa, só esta bamburra. O PT do município, presidido por Adelson Victor Araújo, realizou recentemente um ato de garimpagem em busca de novos filiados. No card divulgado pelo presidente, constava a presença do deputado federal petista Rubens Otoni, só que ele não deu as caras.

## Especulação

Constantemente o nome da advogada e empresária Ana Paula Rezende, filha do ex-prefeito e ex-governador Iris Rezende e da ex-deputada federal Iris Araújo (ambos já falecidos) é citado como candidata a prefeita de Goiânia, e ela sempre negando. Só o crivo das urnas pode provar se a filha vai mesmo herdar a herança política dos pais, principalmente do pai.

## Russos

Essas especulações sobre Ana Paula lembram, de certo modo, o episódio da conversa de Garrincha com o técnico Vicente Feola na Copa Mundial de 1958 sobre um jogo dos brasileiros com os russos. O técnico recomendou várias jogadas a Garrincha, que, ironicamente, respondeu: "Seu Feola, o senhor já combinou com os russos?". Os divulgadores do nome da filha do casal Iris precisam também combinar com ela o enfrentamento do pleito em 2024, que já tem bastante interessados em disputá-lo, mas com alguns ainda atrás da moita.

# Moradias do Minha Casa, Minha Vida com energia solar

Quando senador de 2012 a 2018 em substituição a Demóstenes Torres, que foi cassado, Wilder Moraes, que agora é novamente senador pelo PL, apresentou um projeto para que o Ministério das Cidades de então instalasse placas fotovoltaicas nas moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso com o propósito de beneficiar a população de baixa por meio de geração de energia renovável por meio da luz do sol e de baixo impacto ambiental. Wilder, que volta aos bastidores de Brasília, tem divulgado em suas redes sociais ser um defensor da causa do setor do agronegócio, precisa desengavetar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) voltada à geração de energia limpa de modo a atender todos os segmentos sociais. E agora que o presidente Lula, por meio da Medida Provisória Nº 1.162, trouxe de volta O Minha Casa, Minha Vida — o maior programa de habitação do país nas últimas décadas —, o parlamentar goiano precisa se engajar novamente com o assunto. Ele precisa esquecer que o capitão não está mais à frente do comando do país e que sua eleição se viabilizou para que ele seja um defensor ardoroso de Goiás e do Brasil no Senado. No meio dos 799.022 votos obtidos por ele na eleição de 2023 (2.635 a mais que o quantidade obtida em 2018, quando não teve êxito), há eleitores de variadas nuances políticas. O Wilder, o senador dos livros e da educação, precisa voltar: "As escolas têm de ser uma espécie de templo, algo sagrado, pois é nelas que o estudante vai buscar sua formação como profissional e cidadão".



Fotos: Divulgação



**CÃES** Onde tempos atrás se matava, em câmara de gás, os cães capturados nas ruas e não buscados pelos donos em 48 horas, foi construído pela Amma um hospital municipal para atendimento de pets de pessoas de baixa renda. A Unidade de Pronto Atendimento Veterinário (UPAVet) foi inaugurada no dia 31 de março pelo prefeito Rogério Cruz. Na cerimônia, havia muitos secretários e vereadores.

## 1 Meia-noite

Luzes elétricas são desligadas, as chamas das tochas e o som dos passos dos farricocos têm início no Museu de Arte Sacra da Boa Morte na Cidade de Goiás

## 2 Tradição

A Procissão do Fogaréu, evento tradicional na cidade, acontece desde 1745. Foi trazida pelo padre espanhol João Perestello de Vasconcelos Spíndola.

## 3 Páscoa

O evento religioso acontece até o Domingo de Páscoa, com missas, procissões, orações, vigílias, espetáculo da Via Sacra entre outras atividades.

## Tramela

Palavra falada não tem rascunho. O presidente Lula recentemente tropeçou numa palavra de baixo calão e foi alvejado por muitas críticas. Porém lá atrás, em 2018 especificamente, o ex-presidente Bolsonaro, num evento no Estado do Acre, pegou um tripé, usou-o como se fosse uma metralhadora e ainda disse: "Vamos fuzilar essa petralhada do Acre, hein". É isso que dá a ausência de tramela na língua.

## Meia Ponte

Descarte irregular de lixo e esgoto em cursos hídricos é um problema antigo em Goiânia. O Rio Meia Ponte é uma das vítimas. Isso gerou uma ação envolvendo a Câmara Municipal de Goiânia, a Universidade Federal de Goiás, órgãos estaduais e municipais e entidades da sociedade civil: uma expedição realizada em 22 de março no rio no trecho de Goiânia e Região Metropolitana. Ela visa à realização de um diagnóstico dos impactos da ocupação e das atividades humanas sobre o rio. Depois deve acontecer o principal: as ações saneadoras dos problemas identificados.

## Civilidade

Aprovado em primeiro turno, o projeto do presidente da Câmara Municipal, Romário Policarpo, que institui em Goiânia a criação do Programa Municipal de Ações Contingenciais para o Período Chuvoso, é algo louvável. O poder público tem a obrigação de auxiliar a população afetada e minimizar danos decorrentes de inundações e deslizamentos. Só que a população também tem o dever de ser agente nas ações, como ter em seu imóvel um espaço de terra para absorver a água da chuva, não estrangular com cimento o tronco das árvores nas calçadas (fato que impede a infiltração de água na terra e matar a sede da planta), não jogar lixo nas ruas para evitar entupimento de bueiros.

## Multa

Em Anápolis, o Procon não está dando mole para as agências bancárias que descumprem as leis pertinentes às agências. O volume de reclamações dos usuários, relacionadas a tempo de espera em filas, falta de acessibilidade e inexistência de assentos prioritários, é grande. O órgão chegou a aplicar multa de até R\$ 250 mil em alguns bancos, os quais têm o dever de respeitar os direitos dos usuários.

## Abandono?

Automóveis velhos e detonados são comuns ser encontrados nas ruas do Centro, estacionados por um longo tempo num mesmo lugar. Há um carro na rua 20 que está fugindo à regra dos comuns: uma Range Rover. Há muitos dias está estacionada sob um oitizeiro, toda empoeirada e o teto e o capô cheio de folhas secas. Moradores estão intrigados com o carrão caro deixado na via.

## ENTREVISTA

# “Minha indicação para líder tem a ver com a força do Entorno”

**A**ntes de chegar à Assembleia Legislativa, em 2018, o deputado Wilde Lopes Roriz tinha passado pelas secretarias de Esportes e de Obras em Luziânia. É essa experiência que norteia sua atuação no Legislativo, onde exerce seu segundo mandato. Ele se propõe a ser o elo de prefeitos, secretários e lideranças políticas que buscam benefícios no governo para o Entorno do Distrito Federal. Depois de uma disputa pela liderança do governo, da qual diz não ter participado, o deputado assumiu o cargo, que acabou sendo fatiado pelo governador Ronaldo Caiado. Mas ele também não participou desse acordo que vai permitir que Talles Barreto assumira a liderança do governo em 2024. Na sua opinião, a força do Entorno levou o governador a escolhê-lo para líder: “nas cidades que eu represento, o governador teve em média quase 70% da votação”.

## TRIBUNA DO PLANALTO

Deputado, houve uma disputa pela liderança do governo, envolvendo o senhor e o deputado Talles Barreto, o que acabou levando a esse acordo de alternância na liderança e à criação da vice-liderança. Esse foi um acordo consensual?

## WILDE CAMBÃO

Na verdade, não houve disputa, pelo menos da minha parte, não. Não participei de nenhuma conversa, nada que pudesse ser uma discussão a respeito disso. Saiu na imprensa que eu estaria disputando a liderança com ele, mas não houve nenhum processo de disputa de minha parte e acho que dele também não. Foi mais a imprensa cogitando quem poderia ser o líder. Um pouco antes, havia surgido o comentário de que eu seria candidato a presidente da Assembleia e eu nem sabia, não tinha conversado com ninguém, mas circulou que eu poderia ser candidato a presidente e depois que eu queria ser líder. Foi um processo natural no qual eu não tive participação nenhuma, nenhum envolvimento ou disputa.

Em relação à Presidência da

Casa, o senhor não manifestou interesse em disputar o cargo?

Eu disse que não porque já tinha firmado compromisso com Bruno Peixoto de apoiá-lo para presidente e foi isso que eu fiz.

O senhor participou do acordo para dividir o mandato da liderança do governo com Talles Barreto? Foi uma boa saída?

Eu não participei diretamente desse acordo e foi uma decisão do próprio governador Ronaldo Caiado. Não sei se porque o Bruno Peixoto foi líder nos quatro anos do mandato anterior. Sei que recebi o convite para ser líder neste momento, mas não houve nenhum acordo, nenhuma conversa de divisão de espaço. Bruno Peixoto havia apresentado um projeto, lá atrás, de vice-liderança, e o deputado Zé Carapô foi vice-líder na legislatura passada. Ele entendia que era importante ter essa figura da vice-liderança com o argumento de que o líder poderia vir a se ausentar. Na verdade, o que houve foi o convite para exercer a liderança, que eu aceitei, mas não participei de nenhum tipo de conversa a não ser na hora de aceitar a liderança.



**Wilde Cambão**

Deputado estadual PSD

O convite envolve de alguma forma o apoio do PSD à reeleição do governador Ronaldo Caiado?

É uma escolha muito pessoal do governador e é até difícil falar sobre isso. Não sei se dizer se pelo fato de eu o ter ajudado muito nas votações importantes, de ter relatado várias matérias importantes ou em razão do que o Entorno representou na reeleição dele. Eu fiz um trabalho muito forte para unir os prefeitos em prol da candidatura do Ronaldo Caiado, porque eu entendia que o Entorno estava tendo realmente voz, estava recebendo muitos benefícios do governo mesmo com toda a crise que o estado enfrentava naquele momento. Acho que a indicação também se deu muito em função dessa votação; nas cidades que eu represento, o governador teve em média quase 70% da votação porque houve o engajamento dos prefeitos. O número de deputados que vieram do Entorno também subiu, hoje nós somos cinco deputados. Na legislatura passada éramos três, mas Diego Sorgatto foi eleito prefeito de

Luziânia, e esse número agora quase dobrou. Acho que minha indicação tenha também a ver com a força do Entorno e também o fato de eu ser uma pessoa de diálogo, muito tranquila. Lógico que o Talles também é e tem todas as condições de ser o líder e fazer o trabalho, tinha mais experiência, mais mandatos, mas talvez em função do meu perfil, de ser conciliador, eu respeito muito meus pares. Mas também em função da força do Entorno, da votação que o Entorno deu a ele e acho que, neste momento, ele quis valorizar o Entorno com a escolha para a liderança de um deputado da região. E como eu sou o único reeleito, os outros são de primeiro mandato, acho que foi uma escolha em função da região, para valorizar a região, e dessa relação que temos aqui na Assembleia.

Em relação à indicação de Maria Caroline Fleury para titular da Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal, alguns prefeitos da região afirmam que não foram ouvidos no processo de

escolha, como havia sido anunciado que seria. O senhor acompanhou esse processo?

A escolha foi muito do governador mesmo. Eu não participei desse processo porque havia uma decisão de valorizar mais os prefeitos. Eu acho que houve essa consulta junto aos os prefeitos. Algum outro pode não ter participado porque depende dele querer. Acho que com a escolha técnica o governador acertou, porque esse primeiro momento é muito técnico. O político gosta de entregar e, como a secretaria não tem recursos neste primeiro momento, o que se pode fazer são os arranjos, convênios e parcerias para que haja solução imediata para aquilo que é o mais difícil para nós neste momento, que é o transporte da região que vive uma situação muito caótica. Houve um investimento muito forte do governo nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública no Entorno; nossas escolas estão todas reformadas, os salários dos professores pagos, alunos recebendo bolsas.

# PODER

Está havendo uma inversão de alunos que saíram das cidades do Entorno para estudar em Brasília e, hoje, estão voltando em função da qualidade do ensino. Na Segurança Pública, os índices são menores até mesmo que na Região Metropolitana de Goiânia; assumiu o hospital de Luziânia com UTIs e leitos. Houve um investimento muito grande do governo nos municípios, investimento em recapeamento. O governador está tendo um olhar diferenciado com o Entorno. Mas não se resolve a questão do Entorno sem passar pelo governo federal, o de Brasília e o de Goiás, e a Carol fará essa interlocução, ela é uma servidora pública muito bem relacionada, trabalhou em gabinetes importantes, tem uma relação muito forte e vai dar esse suporte técnico que os prefeitos precisam, que o governo precisa para que se possa encontrar subsídios para que possamos resolver, primeiramente, o transporte e depois as questões que envolvem o Entorno.

## Qual seria a solução para a questão do transporte da da região?

O governo tem essa expertise porque está resolvendo a questão do transporte da Região Metropolitana de Goiânia. A gente nem imaginava que isso aqui se resolveria e, hoje, existe um avanço muito grande aqui na região, uma experiência exitosa em um curto espaço de tempo. É lógico que a situação aqui é diferente porque não envolve outros entes federados. Nós temos uma grave questão que emperra o transporte no Entorno, que é a BR-040, e que afeta Luziânia, Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental, cidades com o maior número de moradores. A BR-040 estrangula o tráfego, e não é mais só no horário de pico, mas por seis, sete, oito horas. Como é que o transporte consegue ser viável se uma linha de ônibus de Luziânia para Brasília que, em condições normais, faria o percurso em 40, 50 minutos, leva de duas a três horas ou mais? Se não houver essa mobilidade urbana com os dispositivos que se tem que fazer em Valparaíso, Luziânia, Cidade Ocidental, as marginais para que as pessoas que têm que atravessar de um lado do outro da cidade não precisem usar a BR; é um conjunto de soluções que passam, por exemplo, por levar o BRT de Santa Maria até Luziânia, e também é preciso que haja solução para os transportes intermunicipais, de cidades para cidade. As marginais facilitariam porque dariam acesso de uma cidade para outra sem entrar na BR, que ficaria mais para o trânsito

da própria BR. É o que se precisa fazer porque são problemas graves. Há uma concessão na BR-040, que a Via 040 já entregou porque houve a caducidade desse contrato, mas ela continua recebendo pedágio e a ANTT não fez nova licitação para poder cobrar dessa nova empresa esses acessos. Porque a partir do momento em que a empresa está recebendo o pedágio, ela tem que oferecer não só a conservação. Na época do governo Dilma, as empresas estavam muito preocupadas, não com o pedágio, mas com o financiamento do BNDES para fazer as obras. O BNDES não financiou e elas acabaram entregando esses contratos. A nossa região é a mais prejudicada hoje em função da BR-040. Que logística a indústria que vai se instalar na nossa região tem para entregar seus produtos? Isso emperra a geração de emprego e renda, diminui a arrecadação de ICMS, e esses municípios do Entorno precisam desses recursos. É preciso que haja novas indústrias para gerar emprego e renda nessas cidades para que possamos sair desse momento difícil. O governo está agindo com programas sociais importantes, agora nesse momento, mas essa política pública tem que passar pela solução da BR-040 para que se possa resolver a questão do transporte, que é o mais grave. Resolvendo a questão da BR vai possibilitar a esses municípios um desenvolvimento muito grande. Temos uma região produtiva muito forte em Luziânia, que se estende até Cristalina; Cristalina é a primeira produtora do estado, a sexta do país. Se você unir Luziânia, que são divisas que não se vê, Cristalina e parte de Vianópolis, é a primeira região do país em produção de grãos. Temos condições de irrigação enormes porque a região tem uma grande quantidade de água. Nós temos uma região que é similar à região Sudoeste, de Rio Verde, e com potencial muito grande porque Brasília está ali, o aeroporto está ali. É preciso que haja uma política pública de médio e longo prazo, o que o governador está tentando, para que essa região saia realmente dessa condição. Hoje, temos um sentimento de pertencimento ao estado em função desses índices baixos de criminalidade e melhoria da Saúde e Educação, mas falta muita infraestrutura, saneamento básico, levar esgoto e água. Um processo que tem que ser de médio e longo prazo. Eu fui secretário de Obras de Luziânia e o primeiro a apresentar um projeto para captação de recursos do Orçamento Geral da União. Foi aprovado com mais de R\$ 200 milhões de reais do



Programa Acesso aos Recursos de Saneamento (PAC). Mas houve um certo esvaziamento do PAC depois da gestão da Dilma e algumas dessas obras até iniciaram, são obras importantes que vão realmente resolver a questão de Luziânia e do Jardim Ingá. O Jardim Ingá é um bairro de 100 mil habitantes. Isso serviria de modelo para que os outros municípios também pudessem resolver. Será fácil? Não, mas há uma vontade muito grande do governo, os prefeitos estão imbuídos e a gente precisa aproveitar esse momento para que possa realmente desenvolver essa região. Mas passa, primeiramente, pela solução da BR-040.

## As cidades que fazem parte de regiões metropolitanas acabam por se tornarem uma espécie de apoio para a capital. No caso do Entorno, de Brasília, qual vocação econômica da região pode ser desenvolvida?

Vou dizer a característica de cidade por cidade. Cidade Ocidental está dentro de Brasília, próximo ao Lago Sul, tem uma tendência muito grande para os condomínios classe A, que já se instalam lá. Inclusive a Universidade Federal está em processo de instalação lá e há um projeto de instalação de um centro tecnológico no Alphaville, que já tem um prédio e uma estrutura para isso; Luziânia é uma cidade de muita produção agrícola, como Cristalina também; Valparaíso já é uma cidade pequena, praticamente urbana, e a força de Valparaíso está no comércio; Novo Gama também está muito próxima de Brasília e a força está no comércio, um comércio muito forte; a cidade de Santo Antônio do Descoberto é que fica um pouco fora do eixo e é

preciso encontrar qual é a vocação do município. Santo Antônio realmente ainda precisa encontrar esse caminho, desenvolver um polo industrial que seja pequeno, para que se possa aumentar a condição da cidade. Como a BR passa próximo, estamos fazendo a ligação da GO-425, que sai da Barraca da Serra e encontra a BR perto de Alexandre, o que vai encurtar esse caminho para Goiânia e abrir um novo ciclo de desenvolvimento. Está no projeto de asfaltamento do governo, é uma prioridade para essa gestão. São esses os caminhos que precisamos encontrar para que as cidades possam se desenvolver.

## A região é atendida por alguma ferrovia dentro dessa logística de transporte e há projetos de construção de ferrovias que vão beneficiar o Entorno?

Há uma ferrovia que interliga com a Norte-Sul. Sai de Luziânia e passa por Cristalina. Mas é uma ferrovia antiga na qual se tentou até fazer o transporte de passageiros, aumentar mais um trilho e tentar fazer com que ela pudesse auxiliar também no transporte público. A produção de grãos, de soja e de areia tem o custo do transporte reduzido em função dessa ferrovia. A construção dessa logística já está instalada e a ferrovia já faz o seu papel. O que entrava realmente, nesse momento, é a BR-040 porque ela corta cinco municípios e estrangula esses cinco municípios. Essa falta de logística é o fator principal que as indústrias vão olhar para poderem se instalar na nossa região.

## O senhor ressaltou os avanços do primeiro mandato do governador Ronaldo Caiado. Neste segundo man-

## dato, quais devem ser os desafios da liderança na Assembleia?

Eu digo que o que eu não posso é atrapalhar o governo. Na liderança eu pretendo não atrapalhar e conseguir pautar. Eu tenho uma relação boa demais com todos os parlamentares da base e uma relação muito próxima com os deputados da oposição. Às vezes em razão do meu perfil, ser correto, ser coerente, falar a verdade, não esconder, tentar buscar alternativa na discussão. Esse é o meu perfil. Eu acho que nesse segundo mandato o governador não terá pautas difíceis, até porque o que tinha que ser aprovado com dificuldade já foi aprovado. O governo conseguiu nesses quatro anos - e na minha opinião foi muito forte - recuperar a economia do estado. Lógico que tem muita coisa a se avançar, mas em relação ao que era quatro anos atrás, o que temos hoje é uma situação confortável. O governo tem focado muito na questão da Educação dentro de um processo de erradicar a pobreza no nosso estado. Esses programas sociais atingem os objetivos nesse momento, porque são projetos de muita reação. Eu gosto muito dos projetos de médio e longo prazo, que dão estabilidade e segurança, que é o que o governo procura. Ele tem focado nisso e esse é o conceito: investir em Educação porque um filho formado, um filho educado transforma a vida da família. Acho que esse é o caminho. Houve investimento na melhoria das rodovias para reduzir o custo do; tem o programa habitacional a custo zero, que é importante para a população, entregar a casa sem a pessoa precisar pagar nada, de graça realmente, nessa relação com os municípios. Mas acho que o principal trabalho do Caiado neste mandato é manter o êxito que teve no primeiro mandato e continuar investindo muito forte na Educação, como está fazendo. Descentralizou a Saúde e em razão dessa descentralização os custos aumentam. São mais de R\$ 300 milhões por mês para custear a Saúde, os hospitais e as policlínicas que estão mais próximas daquelas pessoas que usavam a ambulância. Precisa mudar o serviço de regulação para que as cirurgias eletivas continuem a avançar. Esse é o gargalo que o secretário está procurando resolver. Mas o principal foco deste segundo mandato é realmente tirar quem está nesse estado de pobreza dessa condição através da Educação.

Leia mais no site

[www.tribunadoplanalto.com.br](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

## TAXA DO AGRO

Expectativa cerca  
votação do STF

Para Comissão do Direito do Agronegócio da OAB, cobrança é inconstitucional

Carla Borges

Há grande expectativa em Goiás pelo julgamento sobre a constitucionalidade das leis que criaram o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), criado pelo governo do estado para compensar perdas e realizar investimentos, por meio de cobrança exigida no âmbito do ICMS. No último dia 3, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia das normas estaduais que estabeleceram a cobrança. A decisão foi em ação promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Agora, ela será submetida à apreciação do Plenário Virtual do STF. Os demais ministros apresentarão seus votos de 14 a 21 deste mês.

Em sua decisão, o ministro Toffoli verificou que o Fundefra visa captar recursos financeiros para o desenvolvimento econômico do estado e que uma de suas receitas é a cobrança exigida no âmbito do ICMS, de até 1,65% sobre o valor da operação com mercadorias discriminadas na legislação do imposto ou por unidade de medida adotada na comercialização da mercadoria. No entanto, demonstrou que o STF tem jurisprudência firme sobre a inconstitucionalidade da vinculação de receita de impostos, entre eles o ICMS, a órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos permitidos pela própria Constituição Federal.

A decisão foi tomada no dia da posse do novo secretário estadual de Infraestrutura, Pedro Sales. A pasta, recém-criada, estará à frente dos investimentos do governo estadual nesse segundo mandato de Ronaldo Caiado e o Fundefra, com arrecadação anual projetada de R\$ 1 bilhão, é uma das principais fontes para isso. Até março deste ano, já foram arrecadados R\$ 212 milhões com a chamada "taxa do agro". O governo goiano se mobiliza, com o governador Ronaldo



Advogado Raphael Venâncio: "afrenta constitucional"

Caiado à frente de contatos com governadores de outros estados e ministros do STF, na tentativa de convencê-los a votar em sentido contrário ao relator.

Por outro lado, lideranças do agronegócio também se mobilizam. Além da ação proposta pela CNI, há outra, ajuizada pela Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja). Presidente da Comissão Especial do Direito do Agronegócio da OAB-GO, Raphael Venâncio Silva de Oliveira afirmou à Tribuna do Planalto que há uma grande expectativa pela manutenção da medida antecipatória de Dias Toffoli. "É clara a afronta constitucional por parte do estado goiano, que cria um tributo disfarçado de contribuição", analisa o advogado.

## LEI COMPLEMENTAR

Ainda em análise preliminar do caso, Toffoli considerou inconstitucionais as novas condicionantes estabelecidas nas normas estaduais para a imunidade tributária prevista sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nos termos do artigo 155 da Constituição. Além disso, ressaltou que apenas lei complementar federal pode regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Tribuna  
Jurídica

CARLA BORGES  
carlazenborges@gmail.com



## CRM indeniza por abuso

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação a um Conselho Regional de Medicina (CRM) a indenizar um mulher que sofreu violência sexual durante uma consulta médica na adolescência. A Turma rejeitou recurso do CRM, que buscava afastar sua responsabilização solidária pelo pagamento de indenização obtida judicialmente. O estado de jurisdição do CRM não foi divulgado, pois o processo corre em segredo de justiça.

## Prática reiterada

Na decisão, o colegiado levou em consideração que o acórdão do tribunal de segundo grau reconheceu a negligência do conselho no acompanhamento do corpo profissional, pois o médico "padeceu de moléstias psíquicas gravíssimas" desde a juventude e "não poderia jamais exercer a medicina", havendo, inclusive, suspeitas de comportamento indevido anteriores ao caso da adolescente.

## Atribuições

Em recurso especial, o CRM alegou que não está entre as suas atribuições exigir atestado de sanidade física e mental para o exercício da medicina. Já o ministro Francisco Falcão, relator, apontou que, de acordo com as informações do processo, o médico já havia sido expulso de duas residências médicas em razão de seu comportamento.

## Trabalho aos domingos

A 1ª Turma do TRT de Goiás manteve decisão da Vara do Trabalho de Valparaíso de Goiás que aplicou multa prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em decorrência de trabalho aos domingos em estabelecimento varejista.

## Convenção vale

O colegiado adotou a tese de repercussão geral do TST que trata da validade de convenção coletiva de trabalho que disponha sobre a redução de direitos trabalhistas. Ainda dispositivos da CLT que estabelecem que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando se tratar de jornada de trabalho e remuneração.



## Ouvidora

A procuradora de Justiça Orlandina Brito Pereira (foto) tomou posse para mais um mandato como ouvidora-geral do MP-GO. Ela retorna ao cargo, que ocupou por dois biênios, e destaca a intenção de dar continuidade a projetos já iniciados e dar andamento a novas iniciativas, como a Ouvidoria da Mulher, já implantada em outros estados.

## Convocação em concurso

A desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, do TJ-GO, deferiu liminar em favor de uma candidata aprovada em seleção simplificada da Secretaria estadual de Educação que não apresentou documentos previstos em edital após a publicação da convocação. Ela alegou não ter sido notificada.

## Deve ser pessoal

O entendimento da desembargadora do TJ-GO foi de que a convocação de candidato aprovado em concurso público não deve ser feita apenas por publicação em Diário Oficial, de circulação restrita ou exclusivamente pela internet. "A convocação sem a notificação pessoal do interessado afronta os princípios da publicidade e razoabilidade", destacou a magistrada.

Penso que meu sucessor deverá ser fidelíssimo à Constituição, mas precisa ser, antes de mais nada, corajoso e enfrentar as enormes pressões que um ministro do STF tem de enfrentar em seu cotidiano

Ricardo Lewandowski, cuja aposentadoria foi publicada no dia 6

# PODER

## NOVAS REGRAS

# “Saneago deixa de ser engessada nas ações”, destaca Caiado sobre novo Marco Legal do Saneamento

André Saddy

Governador participa, em Brasília, da solenidade de assinatura de decretos federais que destravam investimentos públicos e privados para o setor



Em Brasília, governador participa da assinatura de decretos sobre saneamento

### Da redação

O governador Ronaldo Caiado classificou como “importantes para Goiás” os decretos assinados nesta quarta-feira, 5, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, relacionados ao Marco Legal do Saneamento Básico. As novas regras destravam investimentos públicos e privados para o setor e têm como objetivo viabilizar a universalização dos serviços até 2033.

“A Saneago passa a ter uma expectativa muito maior. Deixou de ser engessa-

da nas ações, principalmente nos pequenos municípios e nas regiões mais vulneráveis, onde as maiores estruturas empresariais não têm interesse em fazer investimentos”, declarou Caiado durante o evento, realizado em Brasília. A fala do governador faz referência a uma das novidades anunciadas, que é o fim do limite de 25% para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP) pelos estados.

O presidente Lula afirmou que o ato representa

uma política de “colocar credibilidade na relação entre governo federal, governadores e prefeitos; entre governo e empresários; e dar voto de confiança às empresas públicas que prestam serviço à população brasileira”. E completou: “O sucesso desse decreto será de cada um de nós que está aqui, e de milhões que não estão aqui, mas que serão beneficiários, porque não precisarão mais pisar em esgoto a céu aberto na sua cidade, na sua rua ou no seu bairro”.

O ministro das Cidades, Jader Filho, estima que as mudanças promovidas pelos novos decretos vão permitir investimentos de R\$ 120 bilhões até 2033 em todo o Brasil. Em Goiás, o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, afirmou que o plano de investimentos previsto para o quadriênio 2023/2026 é de R\$ 4 bilhões. “[Os decretos] destravam algumas coisas que estavam prejudicadas. Agora podemos avançar mais, e mais rapidamente, levando os

benefícios a todos os municípios”, pontuou.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, assegurou que o governo federal será parceiro dos estados no projeto de universalização do saneamento básico. “Nosso desejo é que as companhias estaduais possam modelar vários projetos de acordo com a orientação política e técnica de cada governador e prefeito”, comentou.

Outras mudanças anunciadas são: a garantia de acesso a recursos federais no período de regularização da prestação dos serviços, que deve ser concluída até 31 de dezembro de 2025; novos critérios para comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas públicas e privadas; possibilidade de prestação de serviços pela empresa estadual em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões, nos termos do art. 8º, inciso II, da Lei nº 11.445, de 2007; e previsão de possibilidade de contratação de determinadas atividades do saneamento (coleta de lixo e limpeza urbana, por exemplo) por meio de contratos administrativos, no âmbito da prestação direta.

## CULTURA

# Governo de Goiás investe R\$ 20 milhões em preservação cultural na cidade de Goiás

Secult Goiás

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), está investindo quase R\$ 20 milhões na revitalização de prédios históricos e realização de eventos culturais na cidade de Goiás neste ano. Na próxima segunda-feira, 10, serão iniciadas as obras de restauração na Catedral de Sant’Ana, com aporte de R\$ 3.057.153,52. As ações contemplam ainda revitalização de outros três templos religiosos e do Museu Palácio Conde dos Arcos, além da realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica) e das Cavalhadas.

Quatro templos religiosos históricos no município serão revitalizados por meio do projeto Fé, Religiosidade e Devoção. As



Governo de Goiás investe na revitalização de prédios históricos e na realização de eventos culturais na cidade de Goiás

obras na Igreja Nossa Senhora Aparecida, no Povoado de Areias, que tem o investimento de R\$ 1.244.142,04, já começaram em setembro e devem ser finalizadas no primeiro semestre deste ano. Para

este ano, ainda está previsto o início dos trabalhos na Paróquia São João Batista, no Arraial do Ferreiro, com investimento de R\$ 1.030.256,66. Em 2024 será a vez da Igreja Santa Bárbara, que terá o aporte de R\$

2.054.602,23 para a realização das intervenções.

“Cuidar dos nossos edifícios históricos é preservar a cultura goiana. Estamos trabalhando com políticas públicas que abrangem a cultura como um todo, seja na

preservação do patrimônio, memória e tradição, como também na parte de eventos, formação e festivais”, reforça a secretária de Estado da Cultura, Yara Nunes.

### MUSEU E EVENTOS

Estão previstos também para este ano a revitalização do Museu Palácio Conde dos Arcos, com investimento de R\$ 7 milhões, e a realização da 24ª edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), que deve movimentar mais de R\$ 4,4 milhões. Foram investidos, via Programa Goyazes, R\$ 115 mil na Procissão do Fogaréu, realizada nesta semana na cidade. As Cavalhadas, que foram retomadas ano passado, também receberão recursos para a sua realização.

## TRANSPARÊNCIA

# Quantidade de acessos ao Portal da Alego cresce 30% em um ano

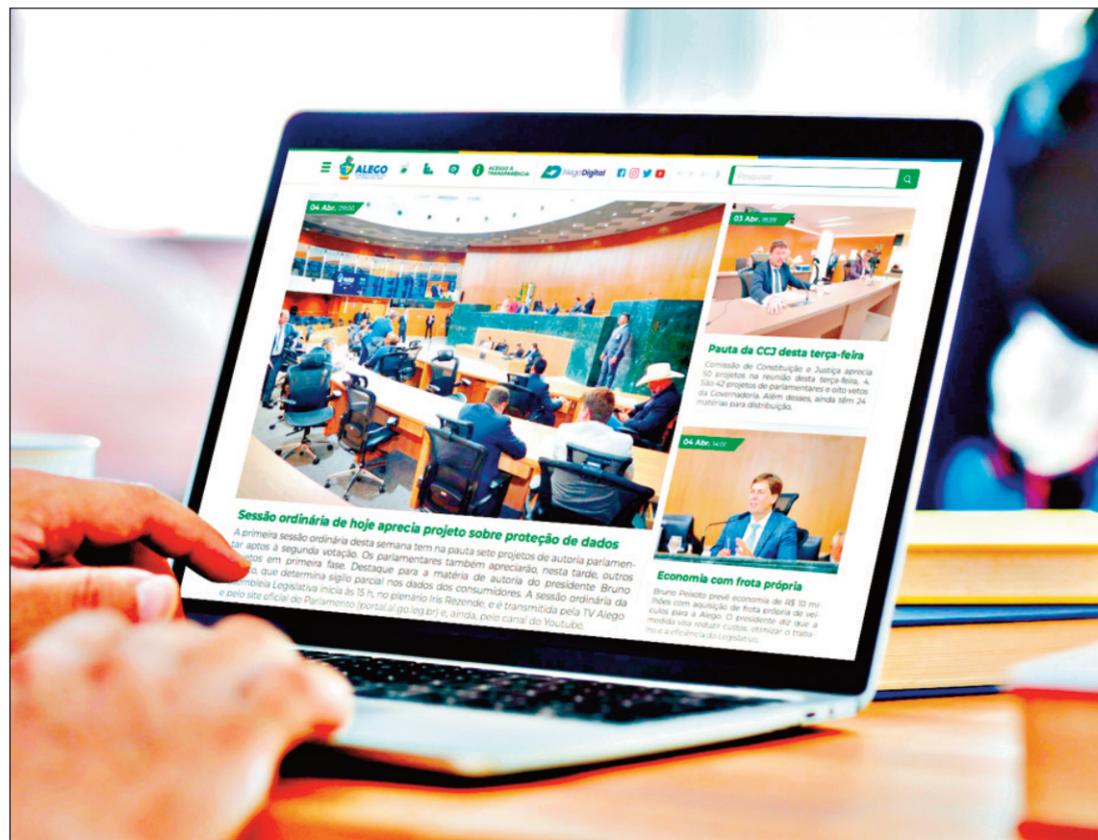
Fotos: Divulgação

Apenas neste mês, 148.845 pessoas visitaram o site do Parlamento, enquanto no mesmo mês do ano anterior o número de visitantes foi de 113.953

## Da Redação

O segundo mês da 20ª Legislatura proporcionou um aumento de 30,6% na quantidade de acessos no Portal da Alego em relação ao mesmo período de 2022 e de 24,6% quando comparado com fevereiro de 2023. Neste março, foram 148.845 visitas, sendo que, no ano anterior, registraram-se 113.953 passagens pelo site da Casa e, no segundo mês deste ano, 119.446.

Os números alcançados ao final do primeiro trimestre deste ano mantêm a tendência dos últimos meses, evidenciando os frutos do investimento do Legislativo na comunicação e transpa-



Portal se consolida como um dos principais canais de interação com a população

rência com o povo goiano. Assim, a página virtual da Casa se configura como uma das formas de instrumentalizar o diálogo entre o Legislativo e a sociedade. Ao investir na qualidade do seu Portal institucional, a Alego se preocupa em estimular a democracia em Goiás.

Em março, o número de visitantes únicos, dado que indica quantos entraram no site sem contar a mesma pessoa mais de uma vez, foi de

100.910. Cada um deles navegou, em média, por 2,25 páginas durante dois minutos e 24 segundos. No mês anterior, a quantidade de visitantes únicos foi 77.145, ou seja, a métrica apresentou crescimento de 30,8%.

As informações são da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), que fornece, todos os meses, um relatório sobre os cliques ao Portal institucional. Em parceria com a Diretoria de

Comunicação, o departamento tem se dedicado para que o site do Parlamento goiano seja aprimorado de maneira constante.

O analista legislativo Alessandro Guarita explica que o relatório é divulgado pela DTI há pelo menos seis anos e tem como objetivo guiar tomadas de decisão em diferentes seções da Casa. "Na época, percebemos que havia a necessidade de criar esse tipo de registro para que

podéssemos acompanhar o desempenho do site e adequá-lo em termos técnicos".

Do total de usuários, 61,69% são novos, o que reflete a renovação promovida pela posse de 22 deputados que não faziam parte da Casa na 19ª Legislatura. A notícia com o maior número de acessos, 3754, é sobre a aprovação de um projeto de lei que garante aos idosos o direito de ter um acompanhante em hospitais.

Quanto aos perfis institucionais de deputados, o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), foi o campeão de visitas: 994. Ele é seguido, nesta ordem, por três parlamentares novatos: Dra. Zeli (Solidariedade), Alessandro Moreira (PP) e Bia de Lima (PT). As páginas de cada deputado contêm as informações de contatos, perfil bibliográfico, links para as notícias produzidas pela assessoria de imprensa, entre outras informações relevantes. No total, foram 32.417 visitas nessas seções e nenhum membro do Legislativo registrou menos de 300.

Por fim, o Portal da Transparência da Alego responde por 35.751 acessos. As subdivisões mais visitadas foram, respectivamente, "Processos", "Diários" e "Despesas com pessoal".

## MOBILIDADE

## Câmara aprova novas regras para serviço de transporte escolar em Goiânia

O Plenário da Câmara aprovou, em segunda votação, na Sessão Ordinária da terça-feira, 4, projeto de lei (PL 334/2022) para estabelecer novas regras ao serviço de transporte escolar em Goiânia. Dezenas de representantes da categoria acompanharam a discussão e votação da matéria, de autoria do Executivo.

Ao modificar a Lei 8.243/2004 e revogar a Lei 6.797/1989, o texto aprovado retira limite de idade dos veículos, que era de 15 anos. Para circular, os veículos deverão apresentar certificado de segurança emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).



Trabalhadores do transporte escolar acompanham a votação do PL

Medida que, de acordo com a Prefeitura, assegura segurança dos usuários do serviço — na maioria, crianças e

adolescentes.

A vereadora Sabrina Garcez (Republicanos) pediu supressão do artigo

que exigia declaração de regularidade sindical, emitida pelo sindicato da categoria, por considerar o dis-

positivo ilegal. "Isso é irregular. Temos que garantir a todos os trabalhadores suas funções, independentemente se são ou não filiados a sindicato", argumentou. De autoria do vereador Kleybe Moraes (MDB), o artigo havia sido incluído durante tramitação na Comissão de Fiscalização do Transporte Público Coletivo. Suprimindo o artigo proposto, o Plenário aprovou o texto original.

O projeto segue para apreciação do Executivo. Em caso de sanção pelo prefeito Rogério Cruz (Republicanos), as alterações à lei vigente sobre transporte escolar serão publicadas no Diário Oficial do Município.

# PODER

## TRIBUTO

# Prefeitura de Goiânia vai contratar 51 profissionais para revisão de IPTU 2022

Secom

De acordo com edital publicado no Diário Oficial do Município, inscrições começam no dia 20 de abril e vão até 2 de maio, pelo site [goiania.go.gov.br](http://goiania.go.gov.br)

### Da redação

A Prefeitura de Goiânia abre, entre os dias 20 de abril e 2 de maio, inscrições para preenchimento de 51 vagas em processo seletivo simplificado, para reforçar o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Finanças (Sefin), que atuará nos processos de contribuintes que pediram a revisão dos valores do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de 2022. O edital foi publicado na edição da quarta-feira, 5, do Diário Oficial do Município.

As vagas têm por objetivo



As vagas são para cargos de assistente administrativo, contador e economista

a contratação de mais profissionais, devido à grande demanda de trabalho para calcular os processos de revisões do IPTU 2022, que estão em análise pela Sefin. O processo seletivo será realizado para vagas distribuídas entre os cargos de assistente administrativo (28), contador (22), e economista (1).

A seleção será realizada em etapa única, com análise de títulos e experiência profissio-

nal, e as inscrições serão feitas pela internet, no site [goiania.go.gov.br](http://goiania.go.gov.br), na página reservada a concursos e seleções, no link "Processo Seletivo Simplificado, Secretaria Municipal de Finanças, edital nº 002/2023". Não há ônus para o candidato.

Serão reservadas 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para negros, conforme legislação vigente. O resultado está previsto para

o dia 23 de maio. As contratações temporárias firmadas com os candidatos classificados e convocados serão regidas pelo Regime Geral da Previdência Social, nos termos do artigo 12, I, da Lei Municipal nº 8.456/2007.

Os salários variam de acordo com o cargo e as horas semanais. Para assistente administrativo, que deve ter ensino superior em qualquer área, serão 40

horas por semana, com vencimento de R\$ 3.167,35.

Os contadores devem ter curso superior na área de Ciências Contábeis e o registro no órgão competente, para 30 horas semanais e vencimento de R\$ 3.338,83.

Já para economista, curso superior em Economia e registro no órgão competente, para 30 horas por semana e o mesmo vencimento dos contadores, de R\$ 3.338,83.

## FEIRA

# Aparecida vai sediar o Agrobusiness Show

Foi oficializado na quarta-feira, 05, pela Prefeitura de Aparecida, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Agrovida, a assinatura do Termo de Permissão para a realização da Agrobusiness Show, no município. O documento autoriza a realização da 1ª Feira Internacional do Agronegócio da Região Metropolitana, em área da UFG Campus Aparecida.

O termo foi assinado pelo prefeito Vilmar Mariano, reitora da UFG, Profª Angelita Pereira de Lima, e a presidente do Instituto Agrovida, Andréia Walker da Silva Melo. O evento do agronegócio será realizado de 21 a 25 de agosto.

A feira fará exposição das mais recentes tecnologias e inovações para o campo, máquinas e implementos agrícolas, insumos,



A Agrobusiness Show vai ser uma das maiores vitrines do agronegócio brasileiro e internacional

aviação e serviços, bem como técnicas, cursos, palestras e experiências.

"Esse será um importante evento para o desenvolvimento econômico da cidade. Abrange áreas de tecnologia, sustentabilidade e agroin-

dústria. "Tenho certeza que a universidade ganha muito, assim como a cidade e todos os envolvidos", afirmou Vilmar Mariano.

A reitora da UFG, Angelita Pereira de Lima, ressaltou que a feira fomenta o conheci-

mento, a pesquisa e a experiência. "Antes de qualquer negócio dar certo, é necessário pesquisa, formação técnica e conhecimento. A universidade é base para isso e contribui desde a formação do conhecimento até o desenvol-

vimento da economia local".

Na oportunidade foi apresentada a prévia de infraestrutura que será montada para abrigar os estandes para exposições, vendas e experiências para o setor.

A presidente da Agrovida, Andréia Walker Silva Melo, ressaltou que a Agrobusiness Show vai fomentar o desenvolvimento do município, geração de emprego e potencializar o fomento de negócios e inovações para o campo.

A assinatura do Termo de Permissão contou com a presença do diretor da UFG Campus Aparecida, Júlio César Valandro, do presidente da Comissão Organizadora da Agrobusiness Show, André Walker, dos vereadores Diony Nery e Valéria Pettersen, do presidente da Acirlag, Maione Padeiro, dentre outras lideranças.

## ANÁPOLIS

# Conselho da Criança e do Adolescente abre prazo para processo seletivo de novos membros

Inscrições online vão até o dia 23 de abril e eleição dos 15 conselheiros será em outubro

## Da redação

Com a tarefa de acompanhar, fiscalizar e atender denúncias de violência contra crianças e adolescentes, está aberto o processo seletivo para as vagas de conselheiros tutelares. Serão 15 novos membros para atender os três Conselhos Tutelares do município (Norte, Sul e Leste), com mandato de quatro anos. A iniciativa é do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Anápolis (CMDCA), com fiscalização por parte do Ministério Público de Goiás (MP-GO) e apoio da Prefeitura de



Divulgação

**O Conselho da Criança e do Adolescente tem como atribuição fiscalizar e monitorar as políticas públicas relacionadas à infância e juventude**

Anápolis.

Até o dia 23 de abril, os candidatos a membros do CMDCA podem entrar no site para se inscrever (<https://cmdcaanapolis.com.br/inscricoes/>). O endereço também dá acesso ao edital de processo seletivo, onde constam a documentação, os prazos, as etapas de sele-

ção e os requisitos para os candidatos. "Convocamos a todos que têm o interesse de lutar pelo bem-estar e a defesa de nossas crianças e adolescentes, cuidar do futuro de nossa cidade", convida a secretária de Integração – Assistência Social, Cultura, Esporte, Trabalho, Emprego e Renda,

Eerizania Freitas.

O mandato é de quatro anos (2024-2027) e as atribuições dos conselheiros tutelares incluem averiguação de denúncias, requisição de serviços públicos e representar ao Ministério Público e à autoridade judiciária. A remuneração mensal é de R\$ 3.278,04, com direito a férias,

licença maternidade/paternidade, cobertura previdenciária e outros benefícios.

## ELEIÇÕES

Para estar apto à eleição, o inscrito passará por etapas de seleção que são um curso básico, prova objetiva e avaliação psicotécnica. A campanha começa em 12 de julho e termina em 30 de setembro. As regras eleitorais estão no edital, com descrição das formas de abordagem aos eleitores, dos modos de realizar debates e também das proibições.

Para votar e ser votado, é necessário estar em dia com a situação eleitoral, perante o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO). A votação está prevista para o dia 1º de outubro deste ano, das 8h às 17h, em locais a serem divulgados pelo CMDCA. Na concorrência, serão escolhidos os quinze primeiros mais votados e os demais candidatos serão suplentes. Cada eleitor poderá votar em somente um candidato. Mais informações: (62) 99474-5605.

## INCLUSÃO

## Trindade recebe Centro de Referência para pessoas com Autismo

Foi criada em Trindade, uma unidade especializada para o atendimento de crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O prefeito Marden Júnior assinou a autorização para a criação do Centro de Referência em TEA (CREAPP – Ambulatório) no município. O local onde será a sede da unidade vai estar em estudo.

É importante destacar que a inclusão de pessoas com autismo através de políticas públicas não só é importante para as pessoas com autismo, mas também para a sociedade como um todo. A inclusão promove a igualdade e a justiça social, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

"No mês da conscientização, estamos fazendo em Trindade um trabalho ímpar neste sentido, oferecendo capacitação de profissionais e familiares de pessoas com autismo para podermos



Secom Trindade

**Encontro no Parque Lara Guimarães, em Trindade, marcou a criação da unidade para pessoas com autismo**

entregar mais amor e cuidado a quem tanto necessita", disse Marden.

Representantes do movimento TEA, familiares e pessoas com o transtorno, secretários municipais e visitantes do Parque Lara Guimarães, adultos e crianças, se juntaram na cerimônia em clima emocionado. Este tipo de atendimento era muito reivindicado por favorecer no diagnóstico de doenças relacionadas ao autismo, trata-

mentos direcionados e, portanto, o melhor desenvolvimento e inserção dos portadores dentro da sociedade em que vivem.

O anúncio faz parte das mobilizações da prefeitura em parceria com a ONG TEAMamos, formada por pais e amigos de autistas de Trindade, e pessoas como o vereador Marco Ferreira, que é um ativista da defesa dos autistas no município.

Uma das coordenadoras

da ONG, Shirley Mendoza, ressaltou que o evento de convivência no parque é a essência da inclusão, "com autistas e não-autistas interagindo em momentos de lazer, com respeito entre as diferenças". Conforme ela, isto é uma forma de mudar as pessoas para receberem os indivíduos com o transtorno.

A Madrinha da Educação, Rouane Azevedo, fez uma alerta para a compreensão e o respeito ao TEA. "Esse movimento

traz para a sociedade o que o autista necessita hoje, respeito e compreensão, preparando a sociedade desde a fase inicial até a fase adulta, com a inclusão no mercado", frisa Rouane.

O deputado estadual Cristiano Galindo participou do evento no Parque Lara. "Como fisioterapeuta, me orgulho de ver um prefeito se preocupando tanto com a saúde dos moradores", afirmou.

"Foi um evento maravilhoso de inclusão, um dia de brincar, com crianças juntas no parque, trabalhando a quebra do prefeito", resumiu o vereador Marco Ferreira.

Promover ações para estimular a inclusão social e o desenvolvimento pessoal das pessoas autistas em suas comunidades é de extrema importância. Isso pode ser feito através de ações que promovam a participação dessas pessoas em atividades culturais, esportivas e de lazer, além de incentivar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

# ESCOLA

## Entre críticas e defesas: o debate sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil

MEC suspende cronograma por 60 dias, para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Especialistas alertam para a desigualdade educacional gerada pela reforma aprovada em 2017

### Dhayane Marques

Após muita polêmica em volta da implantação e adaptação do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação (MEC) anunciou na terça-feira, 4, a suspensão do cronograma nacional de implementação do Novo Ensino Médio e que deve afetar a matriz de avaliação do Novo Enem, definido pela Portaria n.º 521, de 13 de julho de 2021. A portaria que oficializa a alteração nas datas foi assinada pelo ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, e deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Apesar da atual política do ensino médio estar em vigor, entidades e pesquisadores da área da educação afirmam a necessidade de revogação da lei. O prazo de suspensão do cronograma vai durar 60 dias, contados a partir do término da consulta pública promovida pelo MEC para a avaliação e a reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, instituída pela Portaria n.º 399, de 8 de março de 2023.

"O que está suspenso é a portaria do cronograma de implementação do Novo Ensino Médio, especificamente, o que está relacionado ao Enem. O que estamos suspendendo é qualquer avanço na implementação, até que essa comissão defina, avalie, ouvindo a todos, quais serão as modificações, mudanças ou correções que nós faremos no ensino médio", afirmou Camilo Santana, na sede do MEC, em Brasília, após cerimônia de assinatura de um acordo de cooperação técnica interministerial.

Um Ato Nacional Contra o Novo Ensino Médio, organizado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), em parceria com outras entidades estudantis e movimentos sociais, contou com mais de 50 municípios do Brasil, entre capitais e cidades do interior. Segundo a organização, mais de

150 mil estudantes de todo o país foram às ruas pedindo a revogação da lei.

Por outro lado, defensores do Novo Ensino Médio argumentam que a reforma é necessária para modernizar a educação brasileira e preparar os jovens para os desafios do século XXI. O Todos Pela Educação chegou a lançar um documento, "Ensino Médio: contribuições para a construção de um projeto sistêmico para o Ensino Médio brasileiro". O material aborda recomendações de ajustes na reforma em curso, além de outras medidas essenciais para viabilizar uma reforma sistêmica para a etapa. Procurada pela redação do Tribuna do Planalto, a organização informou que "os especialistas estão entendendo ainda quais serão os impactos desta portaria, [Portaria n.º 399, de 8 de março de 2023] e quais serão as mudanças".

No entanto, desde a sua implementação, o Novo Ensino Médio tem sido alvo de críticas e questionamentos. Alguns especialistas argumentam que a reforma foi implementada sem o devido debate com a sociedade civil e sem a participação de professores e estudantes.

Para a coordenadora do Comitê Goiás da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Professora e coordenadora do curso de Pedagogia da FE/UFG, doutora Fabiane Lopes de Oliveira, a reforma do Ensino Médio está longe de ser igualitária e inclusiva. "Os jovens, principalmente das escolas públicas, não terão as mesmas oportunidades na sociedade, pois não estão tendo a oportunidade de ter um ensino crítico e reflexivo", explica.

Além disso, há preocupações com relação à desigualdade educacional, já que nem todos os estudantes teriam acesso às mesmas oportunidades e às mesmas condições para escolher suas disciplinas e áreas de conhecimento. Fabiane destaca ainda, que a principal motivação para a revo-



**Manifestantes a favor e contra o Novo Ensino Médio: cronograma foi suspenso por 60 dias**

gação é que a educação precisa ser baseada em pensamento crítico e conhecimento científico e não com discussões que não valorizem a reflexão da realidade em que vivem.

"As críticas são muitas, começando sobre a falta de discussão com a comunidade escolar, a falta de formação continuada de professores, a implementação de uma lei que leva em consideração a questão privatista, relacionada aos institutos e fundações que têm interesse na retirada de disciplinas que tenham o foco no pensamento crítico, como filosofia e sociologia", pontua a coordenadora.

Segundo ela, dentre as consequências de retirar essas disciplinas, reforçaria a formação de "uma massa social que não tenha senso crítico e que seja manipulável a interesses ou influenciável".

Por meio de nota, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), disse que "a revogação do Novo Ensino Médio não é o caminho para tornar essa etapa mais atrativa ao estudante." O texto ressalta o papel fundamental dos técnicos de secretarias na implementação de todos os esforços técnicos e financeiros já realizados para dar início à formação de professores e reelaborar os currículos de acordo com o novo modelo.

O manifesto da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) afirma que as

escolas particulares são a favor do Novo Ensino Médio. Segundo a entidade, que congrega 40 mil estabelecimentos de ensino, "não resta dúvida de que, após tantos anos de currículo unificado, a Reforma do Ensino Médio traz a todos grandes desafios, que convocam cada estabelecimento. Há apostas a serem feitas e riscos a serem assumidos por gestores e professores. Mas de todos os públicos envolvidos, são os estudantes os que mais têm a ganhar com o Novo Ensino Médio. E, como educadores e como cidadãos, temos a serena convicção de que, são eles o foco e o propósito de nossa atuação."

### IMPACTOS NO ENSINO DE GOIÁS

Para a secretária de Educação do Estado de Goiás, Fátima Gavioli, a decisão do governo federal de abrir para debate a questão do Novo Ensino Médio é vista como positiva. Segundo ela, o modelo apresentado se mostrou difícil de ser aplicado. "Nós temos feito tudo que é possível, foi feito um grande investimento financeiro, hoje nós já adequamos a primeira série do ensino médio e a segunda dentro do dentro da lei que havia sido determinado no cronograma do MEC", explicou Gavioli, ao reforçar que com a suspensão o Ministério deve ouvir unidades estudantis do ensino médio e também os professores que estão modulados hoje no ensino médio.

Além disso, a secretária considera que em Goiás a suspensão será mais fácil do que no restante do País. "Em Goiás teremos um impacto menor, porque aqui o governador Ronaldo Caiado nunca aceitou reduzir a carga horária do ensino de Português e de Matemática", explicou. Na ocasião, Gavioli aproveitou para tranquilizar estudantes e professores sobre o planejamento da pasta no Estado deve continuar normalmente. "Vamos aguardar os 60 dias e nos organizar para 2024 dependendo do que será definido depois da consulta", afirmou.

### O QUE PREVÊ O NOVO ENSINO MÉDIO

Em 2017 foi implementado no Brasil, a Lei 13.415/2017, o Novo Ensino Médio que é uma reforma educacional, com o objetivo de modernizar e atualizar o currículo da etapa final da educação básica. A reforma propõe mudanças significativas na organização do Ensino Médio, que passa a ter uma parte comum e uma parte diversificada. A implementação desse novo modelo deve ocorrer de forma escalonada até 2024.

Com o modelo, parte das aulas deverá ser comum a todos os estudantes do país, direcionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com as disciplinas obrigatórias, como Matemática, Português, História e Geografia, e tem o objetivo de garantir uma formação básica comum a todos os estudantes. Já a parte diversificada é composta por áreas de conhecimento, como Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, e permite que os estudantes escolham as disciplinas que desejam estudar, de acordo com suas preferências e interesses.

Em resumo, o Novo Ensino Médio é uma reforma que propõe mudanças significativas na educação brasileira, visando modernizar e atualizar o currículo do Ensino Médio e ampliar as oportunidades de formação para os estudantes. No entanto, a reforma ainda é objeto de debates e discussões, e é importante que a sociedade civil e os atores educacionais participem ativamente desse processo, buscando garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os estudantes.